

Será correto dizer que 2003 foi um ano perdido para a educação superior brasileira?

Ainda estamos aguardando pela resposta.

O clima de indefinição no setor pelo menos serviu para questionarmos uma velha mania: a de esperarmos para ver o que acontece e reagirmos aos acontecimentos.

Mas quando não acontece nada? Ou, pior, quando desmontam uma situação estrategicamente construída, mas não a substituem por outra, parecendo não compreender o que estava acontecendo, sem perceber que existia um claro objetivo na condução da política educacional?

Algumas conseqüências eram esperadas, como a depuração do mercado, pelo aumento da concorrência ou o sucateamento de instituições "menos competentes", com a sua absorção por outras, "mais competentes".

Seria essa a competência que desejamos para o mercado educacional?

Alguns podem até achar que o que digo não faz sentido. Mas haverá alguém capaz de duvidar que, no geral, em um primeiro momento, todos ficamos mais pobres ou que, no mínimo, trocamos nossas "posições"?

Este é o primeiro sintoma de um mercado em depuração: os mais pobres arrumam as malas e os mais ricos investem na absorção e reconstrução de empreendimentos pouco rentáveis.

Grandes inverdades ainda pairam no ar. Uma delas: o tipo de instituição é que deve definir sua autonomia - se Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas ou Instituições Isoladas. E ficam todos tentando virar Centro Universitário e, depois, Universidade.

Até que ocorreram alguns esforços no sentido de permitir maior autonomia, atrelada a boas avaliações das IES. Mas foi pouco. Na verdade, a autonomia das Universidades está escrita com tinta de caneta em papel apergaminhado, ao passo que a autonomia atrelada à qualidade (permitida, inclusive, às IES isoladas) está escrita com o mais fraco giz em um mural de corredor de escola.

Quem pode afirmar que a nova proposta de avaliação irá contemplar estas IES, que, afinal, é que fazem a diferença?

Na realidade, e todos sabemos disso, vivemos uma sucessão de crises. Isso me faz concluir que não podemos depender de política se quisermos desenvolver qualquer negócio neste País. A instabilidade se tornou regra estável em qualquer cenário. E a culpa não é só do Governo: é, também, de todos nós. Por diversas vezes fomos chamados a opinar, mas não fomos capazes de apresentar um modelo mais lógico e duradouro de convivência. Nem mesmo de forçar a sua instalação. É fácil apontar culpados; difícil é identificar a natureza da culpa.

Mas também não há motivo para tanto pânico! Ainda existem variáveis que podem ser controladas neste cenário. Se o que pretendemos é imprimir qualidade aos nossos cursos e criar um processo permanente de avaliação dessa qualidade, com o entendimento de que vamos e devemos corrigir distorções nesse processo, certamente estaremos mais imunes a qualquer nova legislação que venha por aí. Até porque seria inadmissível acreditar que o objetivo dos órgãos reguladores seja outro que não o de aprimorar todo o setor.

Se não houver um claro entendimento do que aconteceu nos últimos nove anos de caminhada, correremos o risco de perder aquilo que há de mais significativo em todo este processo: a busca da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade. A avaliação é a única forma de nos trazer à verdade. Sem prerrogativas preestabelecidas, fundadas em tradição, em capacidade financeira, em estruturas frias de concreto, em corporativismos, em necessidade social.

Aliás, por falar em necessidade social, será que não precisamos de conhecimento?